

# OS LIVROS DIDÁTICOS NA DITADURA MILITAR 1964-1985

Marta Macedo Matos de Araújo  
[martamacedo@ufpa.br](mailto:martamacedo@ufpa.br)

João Lúcio Mazzini da Costa  
[jlmazzinidacosta@gmail.com](mailto:jlmazzinidacosta@gmail.com)

Beatriz Moura Mendes  
[beatrwzmendes@gmail.com](mailto:beatrwzmendes@gmail.com)

Ana Luisa Baia Maia  
[analuisabmaia1633@gmail.com](mailto:analuisabmaia1633@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta dados de uma pesquisa que analisa as políticas educacionais na Ditadura Militar, que em 2024 completará 60 anos, desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação- LAPEM. Neste sentido, a temática do evento do 7º Seminário da Associação Nacional de política e Administração (ANPAE NORTE/2021) “ Política educacional em tempos de resistência” é uma oportunidade para assumirmos posicionamento crítico diante de retrocessos e perda de direitos das políticas educacionais, como foi a Emenda Constitucional 95/16.

Desse modo este estudo é resultado das reflexões ocorridas durante os debates e revisão bibliográfica sobre o regime militar no grupo de pesquisa LAPEM/UFPA. Nesse contexto desenvolvemos estudos para entendermos os desdobramentos da política educacional no período militar para a educação básica principalmente na elaboração dos livros didáticos.

Ressaltamos a abordagem qualitativa deste estudo que tem na revisão bibliográfica, na forma recomendada por Lüdke e André (1986), a temática proposta o seu fundamento metodológico.

A Ditadura militar foi implantada em 1964 quando o Brasil era governado pelo presidente constitucional João Goulart, foi o momento em que os integrantes das forças armadas passaram a controlar o Estado. Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu a presidência do Brasil em 1961,

buscando realizar as reformas que o país necessitava para ingressar em um período de prosperidade para a maioria do povo brasileiro. As principais reformas foram: educacional, política, agrária, urbana entre outras.

Costa (2014) destaca que essas medidas eram vistas como uma ameaça aos privilégios de parte dos grupos dominantes (empresários, políticos, militares, latifundiários) que difundiam na sociedade que as reformas tinham um caráter comunista. Sendo assim promoveram marchas, atos políticos, atentados terroristas em locais estratégicos, com o intuito de impedir o progresso de tais reformas e, assim, depor João Goulart de seu cargo. Deposto a ditadura militar durou por vinte e um anos.

Para Costa (2014) no Estado do Pará não foi diferente, o coronel Jarbas Goncalves Passarinho foi um dos responsáveis pela implantação da ditadura no Pará e o principal causador de dor e sofrimento a democratas que se opuseram à ditadura em nosso Estado.

Os ditadores não governaram apenas reprimindo a oposição, também utilizaram o sistema educacional do país para difundir os valores e ideais do governo. Para tanto firmaram acordos com o governo dos Estados Unidos para realizarem reformas na educação brasileira. São os famosos acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura/ United States Agency for International Development), os acordos destaca Cunha e Goés (1985) abarcavam todo o ensino primário, médio e superior, além da formação dos professores e a produção dos livros didáticos.

## **OS LIVROS DIDÁTICOS**

Destacamos para esta pesquisa o Acordo MEC-SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) de 6 de janeiro de 1967, que tinha a cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais e seriam colocados no prazo de três anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Segundo os acordos fica patente o desejo dos militares de incentivar o ensino privado, para isso planejaram diminuir os gastos com a educação pública. Segundo Horta (1982) os militares consideravam o planejamento educacional como forma de

intervenção do Estado, estabelecendo neste sistema educacional cumprir as funções do próprio Estado.

Partindo dessa perspectiva na ditadura militar, os livros didáticos continuaram trabalhando na “construção” de um cidadão obediente. Isto em razão da metodologia desenvolvida, os livros e o ensino eram voltados a repetição e memorização dos conteúdos. Tal concepção iniciou após o decreto nº. 59.355 de 1966<sup>1</sup>, quando a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) deixou de ser apenas um conselho para se tornar comissão.

Em outras palavras, a COLTED tinha livre participação para intervir na produção dos conteúdos dos livros, quando verificasse que o livro não estava de acordo com a ideologia governamental. Outra função seria intensificar a produção privada dos livros que eram distribuídos nas escolas. Estima-se que 51 milhões de exemplares de livros técnico, científico e educacional foram disponibilizados pelo governo estadunidense para distribuir nas escolas primárias e médias destaca Cunha e Goés (1985). Além disso, a USAID também teve a função de auxiliar a parte técnica dos especialistas os quais trabalhariam com o Ministério da Educação e como editores do programa.

Desse modo fica evidente o interesse e a interferência norte-americana sobre os livros didáticos durante os anos de 1966-1971, dado os esforços que realizaram para se fazer presente na formulação dos livros didáticos e técnicos. Isso torna-se mais evidente se considerarmos o relatório final da COLTED, analisado por Filgueiras (2015)

De modo geral as avaliações destacaram alguns pontos em comum, entre elas a crítica aos métodos de ensino considerados antiquados, a falta de ilustrações adequadas, os conteúdos sem desenvolvimento ou inadequados ao nível de ensino, a falta de incentivo ao raciocínio das crianças, falta de atividades para o desenvolvimento de hábitos e habilidades de estudo, falta de desenvolvimento para aquisição do conhecimento científico, exercícios de memorização, erros conceituais e de vocabulário, material gráfico de baixa qualidade, entre outros problemas (FILGUEIRAS, 2015, p.94).

---

<sup>1</sup> Decreto que instituiu no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação relacionados com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e didáticos.

Portanto, verifica-se a intervenção estatal através da COLTED na elaboração dos livros didáticos e sua participação nas melhorias que achavam necessárias no ensino-aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo se propôs a desenvolver uma discussão crítica sobre a elaboração dos livros didáticos no contexto das políticas educacionais adotadas pelo regime militar. Para isso, abordou-se um breve histórico do regime, a discussão sobre os interesses econômicos e políticos sobre a elaboração, confecção e distribuição dos livros didáticos e o que foi realizado.

Nesse aspecto, segundo Mathias (2004) a educação durante o regime autoritário foi privatizante e tecnicista, os governos militares ao se referirem à educação, procuraram mostrar que a escola era local somente de ensino e aprendizado profissional, jamais de exercício da política (cidadania). A educação servia ao projeto do governo que tinha como intuito a transferência de valores militares e mantê-los em todos os processos decisórios do Estado.

Numa conjuntura política em que se presencia uma volta de valores castrenses, principalmente na educação, torna-se fundamental o estudo e a divulgação do período tratado como forma de resistência, para não esquecermos os direitos adquiridos com tantas lutas por uma educação de qualidade social, justa e igualitária.

## **REFERÊNCIAS**

COSTA, J. **Dando nome aos bois**. Belém: Cronos, 2014.

CUNHA, L A; GÓES, M. de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FILGUEIRAS, J. M. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar; a COLTED e a Fenama. Porto Alegre. **História da Educação**. (On Line), v. 19, n 45, Jan/Abr, 2015. P. 85-102

HORTA, J.S.B. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

MATHIAS, S. K. **1964 – A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.